



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

JESSIANE BEZERRA GOMES

IMPLEMENTAÇÃO DAS SALAS DE AEE NA CIDADE DE AREIA/PARAÍBA

AREIA

2024

JESSIANE BEZERRA GOMES

IMPLEMENTAÇÃO DAS SALAS DE AEE NA CIDADE DE AREIA/PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas

Orientadora: Profa. Dr^a. Ana Cristina Silva Daxenberger

AREIA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633i Gomes, Jessiane Bezerra.

Implementação de salas de AEE na cidade de
Areia/Paraíba / Jessiane Bezerra Gomes. - Areia, 2024.
61 f. : il.

Orientação: Ana Cristina Silva Daxenberger.
TCC (Graduação) - UFPB/Centro de Ciências Agrárias.

1. Ciências Biológicas. 2. Atendimento Educacional
Especializado. 3. Educação Especial. 4. Política
Pública. 5. Acessibilidade. I. Daxenberger, Ana
Cristina Silva. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 573 (02)

JESSIANE BEZERRA GOMES

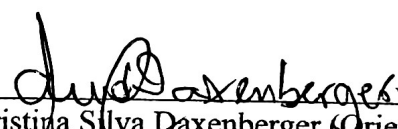
IMPLEMENTAÇÃO DAS SALAS DE AEE NA CIDADE DE AREIA/PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

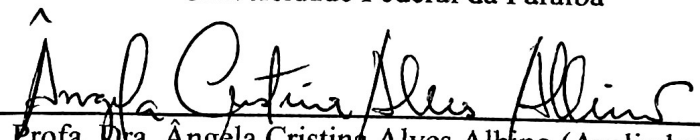
Orientadora: Profa. Dra^a. Ana Cristina Silva Daxenberger

Aprovado em: 10/10/2024

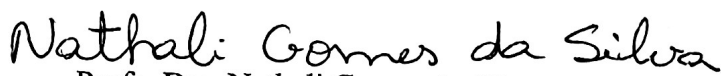
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Ângela Cristina Alves Albino (Avaliadora)
Universidade Federal da Paraíba



Profa. Dra. Nathali Gomes da Silva (Avaliadora)
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho aos meus pais, Francisca e Marízio, e ao meu marido, Emerson, que juntos me apoiaram, tornando possível a realização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido trilhar esse caminho e que eu chegasse até esse momento de realização em minha vida. Agradeço também pela força que não me fez desistir mesmo com todas as dificuldades, incertezas e medo ao longo dessa caminhada.

Agradeço a minha família em especial aos meus pais, Francisca e Marízio, pelo apoio e sacrifícios feitos durante a minha trajetória estudantil, sem vocês meus sonhos não poderiam estar se tornando realidade. Obrigada por apesar das dificuldades não terem desistido de me fornecer acesso à educação. Obrigada também por todos os ensinamentos e valores que me proporcionaram ao longo da minha vida e que me formaram como pessoa.

Ao meu marido, Emerson, por ter me acompanhado, me apoiado e incentivado durante essa trajetória fazendo com que eu não desistisse. Obrigada por todo carinho e todos os conselhos. Meu maior incentivador.

A minha orientadora, Ana Cristina Daxenberger, por através das suas aulas ter me apresentado a beleza da Educação Especial, ter aceitado me orientar na escrita de TCC e por ter dedicado seu tempo, empenho e conhecimento nessa missão. Obrigada pelos ensinamentos e auxílio durante a graduação, durante o PROLICEN e durante a escrita deste trabalho. Eu não poderia ter escolhido uma melhor orientadora.

A minha banca examinadora, Angela Cristina Alves Albino e Nathali Gomes da Silva, agradeço por aceitarem contribuir com esse trabalho.

A instituição UFPB-CAA por ter me proporcionado a oportunidade de me graduar em Licenciatura em Ciências Biológicas. Bem como, agradeço a todos os professores dessa instituição que fizeram parte da minha formação e ao coordenador do curso de Ciências Biológicas pela disponibilidade e ajuda.

Aos oito profissionais entrevistados que trabalham no AEE do município de Areia por terem aceitado participar desta pesquisa. Esse trabalho não seria possível sem o auxílio de vocês. Obrigada pela dedicação e trabalho prestado aos alunos com NEE do município. As conversas que tivemos me inspiraram a querer seguir na educação especial e inclusiva. Obrigada a todos!

Ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID) por me proporcionar o primeiro contato com a sala de aula, especialmente aos professores coordenadores David Holanda e Carlos Brito e ao supervisor Raphael Cavalcante, obrigada pelo comprometimento e empenho com o programa e com os pibidianos. Vocês tornaram essa experiência enriquecedora mesmo em um período tão difícil, que foi a pandemia. Agradeço também os meus colegas pibidianos pelas trocas de experiências e apoio mútuo.

Ao projeto PROLICEN - Formação Docente na Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais, que tive oportunidade de participar em duas edições e que me forneceram aprendizados importantes sobre as relações étnico raciais que foram cruciais para a minha formação profissional e pessoal. Agradeço aos amigos que participaram junto comigo desse projeto nas duas edições, especialmente as amigas Thamisis Maia e Emelyne Duarte por juntas termos promovido a educação antirracista em sala de aula e pelo companheirismo. Vocês foram essenciais nessa caminhada .

Ao Projeto de Residência Pedagógica (PRP) por ter me proporcionado uma vivência repleta de descobertas, desafios e alegria. Agradeço aos coordenadores Mário Luiz Farias Cavalcanti e Andreia de Sousa Guimarães pelas orientações e agradeço especialmente às minhas queridas preceptoras Gleicy Lima e Lucinalva Azevedo por ter tornado essa experiência leve e engrandecedora. Vocês foram mais que perfeitas.

Aos amigos e colegas que compartilharam o caminho e a beleza da licenciatura junto comigo nessa instituição. Em especial às amigas Fernanda Nunes e Rayane Santos por todas conversas e trabalhos feitos juntas.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades” (Paulo Freire)

RESUMO

O projeto de implementação de turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), busca contribuir e promover uma educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), a partir da disponibilização de espaços dotados de recursos e atendimento pedagógico especializado. Desse modo, o trabalho a seguir intitulado “Implementação das Salas de AEE na Cidade de Areia/Paraíba” tem como objetivo geral compreender como estão sendo implementadas as salas de Atendimento Educacional Especializados – AEE, como objetivos específicos buscou-se: identificar as normativas que implementam a salas de AEE em Areia; mapear onde estão as salas de AEE; identificar o perfil dos profissionais vinculados ao AEE; identificar o perfil atendimento pelo serviço de AEE; compreender como está sendo feito os AEE. A pesquisa se caracterizou pela abordagem qualitativa de cunho descritivo analítico, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados: o estudo documental e entrevistas com roteiro semiestruturado. Ao todo foram 8 profissionais da educação envolvidos na pesquisa. Sendo eles: uma coordenadora geral do projeto de implantação do AEE no município, duas coordenadoras pedagógicas, duas professoras de AEE, um tradutor/intérprete, uma psicóloga e um professor de Educação Física. Através dos dados obtidos na pesquisa foi possível identificar claros avanços do AEE no município, tais como a criação do Departamento de Educação Especial e Inclusiva, a inauguração do CAEE e a efetivação das duas professoras de AEE no município. Entretanto, observa-se ainda a necessidade de melhorias no serviço oferecido, como a ampliação do número de professoras de AEE, a efetivação dos atendimentos no CAEE, fornecimento de recursos e salas adequadas.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; educação especial; política pública; acessibilidade.

ABSTRACT

The project to implement Specialized Educational Assistance (AEE) classes seeks to contribute and promote inclusive education for students with special educational needs (NEE), through the provision of spaces equipped with resources and specialized pedagogical assistance. Therefore, the following work entitled “Implementation of AEE Rooms in the City of Areia/Paraíba” Its general objective is to understand how Specialized Educational Service – AEE rooms are being implemented. The specific objectives were to: identify the regulations that implement AEE rooms in Areia; map where the AEE rooms are; identify the profile of professionals linked to the AEE; identify the profile supported by the AEE service; understand how AEE are being carried out. The research is characterized by a qualitative approach with an analytical descriptive nature, using the following data collection instruments: documentary study and interviews with a semi-structured script. In total, 8 education professionals were involved in the research. They are: the general coordinator of the AEE implementation project in the municipality, two pedagogical coordinators, two AEE teachers, a translator/interpreter, a psychologist and a Physical Education teacher. Through the data obtained in the research, it was possible to identify clear advances in AEE in the municipality, such as the creation of the Department of Special and Inclusive Education, the presentation of CAEE and the public competition that affected two AEE teachers in the municipality. However, there is still a need for improvements in the service offered, such as increasing the number of AEE teachers, providing services at CAEE, the availability of resources and adequate rooms.

Keywords: specialized educational assistance; special education; public policy; accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- CAEE do município de Areia-Paraíba	25
Figura 2- Caderno de registro disponibilizado às professoras	36
Figura 3- Aula de Libras Ministrada pelo PROF.L.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Documentos	21
Quadro 2 - Participantes das Entrevistas	23
Quadro 3- Importância do AEE na opinião dos entrevistados.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
Art.	Artigo
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEB/CNE	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
nº	Número
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PME	Plano Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	A ESCOLA INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	20
3	METODOLOGIA	20
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
4.1	HISTÓRIA E IMPLEMENTAÇÃO DO AEE	24
4.2	TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS.....	27
4.3	ALUNOS ATENDIDOS NO AEE.....	29
4.4	CONCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O AEE.....	30
4.5	ATENDIMENTOS E AÇÕES.....	32
4.5.1	Seções.....	32
4.5.2	Planejamento.....	34
4.5.3	Recursos.....	36
4.5.4	Avaliação.....	37
4.6	ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS, PSICÓLOGA E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	38
4.7	RELAÇÃO COM A FAMÍLIA.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46
	ANEXO I.....	49
	ANEXO II	52
	ANEXO III.....	54
	ANEXO IV.....	57
	ANEXO V.....	58
	ANEXO VI.....	59
	ANEXO VII.....	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir da minha experiência na disciplina de Educação Especial, na qual estudamos sobre os aspectos relacionados à inclusão social dos alunos com necessidade educacionais especiais nas escolas, assim como também a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, surge a partir da minha experiência em sala de aula durante os estágios curriculares e residência pedagógica, na qual tive a oportunidade de ministrar aulas para turmas onde existiam alunos com determinados tipos de necessidades educacionais especiais, mas que não possuíam nenhum tipo de assistência por parte da escola.

A partir dessas experiências pude refletir sobre a importância do AEE para os alunos com necessidade educacionais especiais (NEE) e a falta que esse tipo de atendimento faz na escolarização desses alunos.

As escolas onde tive a oportunidade de estagiar e fazer a residência pedagógica estão localizadas na cidade de Areia no interior da Paraíba. Nesta cidade, atualmente, está ocorrendo o processo de implementação do Atendimento Educacional Especializado, por meio do Centro de AEE, assim como em ambientes de AEE nas escolas polos das zonas rurais. A implantação dessas salas configura um grande passo para a inclusão e assistência dos alunos com NEE, e é fruto de um grande processo de luta a favor dessa parcela da sociedade.

O processo de inclusão para com as pessoas com deficiência, historicamente, é construído a partir de muitas adversidades. Na antiguidade os deficientes eram excluídos e exterminados, durante a idade média eram considerados pecadores que foram condenados por Deus. No século XVI, surge o primeiro hospital psiquiátrico, porém como ferramenta de aprisionamento, e apenas em meados de 1800 foi criada uma instituição para o cuidado e tratamento de deficientes mentais (Aranha, 2001). Seguido disso ocorreu o período de integração (no Brasil, sobretudo, a partir de 1960) e de inclusão social, a partir dos anos 1980, e principalmente, a partir de 1990 com as exigências de diretrizes internacionais de educação para todos por meio das Declarações de Educação para Todos e a de Salamanca(UNESCO, 1990; 1994).

A inclusão pode ser definida em um processo em que a sociedade se adequa às necessidades das pessoas com deficiência, promovendo o exercício de sua cidadania, em diferentes segmentos sociais, distinguindo da integração social que diz respeito à preparação da pessoa com deficiência para o convívio em sociedade (SASSAKI, 1997).

De acordo com Costa (2016, p. 11)

A inclusão propõe mudanças na sociedade, começando pela educação para torná-la possível e acolher todas as pessoas. Para isto o sistema deve adaptar-se às necessidades educacionais especiais dos alunos através de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas necessidades e especificidades.

Desse modo entende-se que se faz necessário que as escolas busquem se adequar para atender os alunos com NEE para que assim possam cumprir seu papel social e promover as condições básicas de aprendizagem para esses alunos. Dentre essas condições incluem espaços acessíveis e currículos flexíveis às necessidades especiais dos alunos. A partir dessa premissa surgiu o projeto de implementação de turmas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de contribuir e promover uma educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais.

O manual que orienta a Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010, p. 6) traz que:

Portanto, todos os alunos público-alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis e modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público-alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

A implementação das salas de Atendimento educacional especializado (AEE) seguem algumas diretrizes e regras estabelecidas pelo Manual de Orientação estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC). Desde o estabelecimento do decreto Nº 6.571/2008 que diz dispõe sobre o atendimento educacional especializado - AEE algumas escolas e municípios vem tentando colocá-lo em prática. Sendo assim, a questão norteadora desta pesquisa centra-se no estudo de como estão sendo implementadas as salas de AEE no município de Areia/Paraíba?

Para isso, temos como objetivo geral compreender como estão sendo implementadas as salas de Atendimento Educacional Especializados – AEE, no município de Areia, estado da Paraíba. E os objetivos específicos são: identificar as normativas que implementam as salas de AEE em Areia; mapear onde estão as salas de AEE; identificar o perfil dos profissionais vinculados ao AEE; mapear o perfil atendimento pelo serviço de AEE; compreender como está sendo feito os AEE.

Esse trabalho está organizado em 4 seções além da introdução, sendo elas: i) revisão teórica, na qual apresentamos uma análise histórica no âmbito nacional referente ao atendimento das pessoas com NEE, refletindo sobre o processo de luta que culminou no projeto de implementação das salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, bem como a importância dessas salas para as pessoas com NEE; ii) o percurso metodológico da pesquisa com sua caracterização e escopo teórico de análise; iii) resultados e discussões; iv) considerações finais, na qual retornamos a questão norteadora de pesquisa. Vale dizer que há a posteriori os anexos com os documentos exigidos pelo Comitê de ética em pesquisa da UFPB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ESCOLA INCLUSIVA E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O termo “educação inclusiva” popularizou-se com a Declaração de Salamanca, na Espanha (UNESCO, 1994), onde emergiu a ideia de “educação para todos” referenciando que a educação deveria abarcar todos os estudantes, incluído os com NEE que vinham ao longo do tempo sendo marginalizados, tendo seu acesso à educação negado ou dificultado.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 3).

Para Stainback e Stainback (1999) a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos em escolas onde suas necessidades sejam atendidas, isso independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural. Corroborando com isso Aranha (2004) afirma que uma escola inclusiva deve garantir a qualidade de ensino para seus alunos, atendendo a cada um a partir das suas necessidades e potencialidade, favorecendo cada aluno independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação.

Para tornar isso possível, Glat, Pletsch, Fontes (2007) afirma que a proposta de educação inclusiva requer uma reestruturação da constituição da escola, sendo que:

[...] para se tornar inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino (Glat, Pletsch, Fontes, 2007, p.344).

O mesmo raciocínio é defendido por Costa et al. (2016, p. 14) ao afirmar que uma escola para atender a nova realidade educacional e torna-se inclusiva deve promover “mudanças arquitetônicas na estrutura física, exonerar as burocracias, reorganizar as matrizes

curriculares, proporcionar maior ênfase à formação humana dos professores e harmonizar a relação família-escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível”.

Ao trazer uma diferenciação entre educação inclusiva e educação especial, Silva Neto (2018) citado por Lima (2006) afirma que a educação especial está contemplada na educação inclusiva, mas que não devem ser confundidas. A educação especial surgiu a partir de um ideal de educação para todos, independente da origem social e cultural de cada um, mas focando-se nas necessidades educacionais oriundas de deficiência ou altas habilidades ou transtornos de aprendizagem. E a escola inclusiva, surge junto ao movimento internacional para a construção de uma sociedade inclusiva a partir de encontros internacionais, por meio de movimentos e grupos sociais que reivindicavam seus direitos, independentemente de ter ou não deficiência ou necessidade educacional especial.

No Brasil, a educação especial é garantida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), na qual no Inciso I do artigo 206 é posto que um dos princípios em que o ensino deve ser ministrado é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Além disso, o inciso III do Artigo 208 garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” se destaca trazendo a sala de recursos/educação especial como possibilidade complementar à educação básica.

O mesmo direito também é preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -Lei nº 9.394/1996, no artigo 58 do capítulo em que a educação especial é definida como a modalidade de educação escolar que deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para estudantes com NEE. Sendo posto, no documento está previsto que quando necessário haverá serviço de apoio na escola regular para assim atender as especificidades dos alunos com NEE; quando não for possível a integração do aluno nas classes do ensino regular ele poderá receber atendimento em classes escolas ou serviços específicos; a educação especial deve iniciar na faixa etária de zero a seis anos de idade, sendo esse oferecimento desse serviço um dever do estado garantido em constituição (BRASIL, 1996).

Ainda na Lei nº 9.394/96 em seu artigo 59, é indicado que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com NEE: **currículo, métodos, recursos e organização específicos para atendê-los**; garantir a terminalidade específica para aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental; **professores com**

especialização adequada; educação especial para o trabalho; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares (BRASIL, 1996). Os itens em negrito foram analisados na pesquisa.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001) não é o aluno que deve se adaptar ao ambiente escolar, e sim a escola que deve estar à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo sendo a que educação especial possibilita que os alunos com NEE atinjam seus objetivos educacionais. De acordo com o as diretrizes isso implica mudanças de diferentes naturezas: no âmbito político a partir da garantia de acesso e permanência dos alunos com NEE nas escolas, provendo todos os recursos necessários para isso; no âmbito técnico científico com a formação de professores para a diversidade e trabalho em equipe; no âmbito pedagógico para que os alunos com NEE possam ter acesso ao currículo; no âmbito administrativo visando a melhor gestão da educação especial.

Ainda de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) o eixo norteador para a implementação dos da educação das pessoas com NEE é a elaboração do projeto pedagógico da escola que incorpore a educação especial em articulação com a família e a comunidade. Para isso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve: “incorporar a atenção de qualidade à diversidade dos alunos, em suas necessidades educacionais comuns e especiais, como um vetor da estrutura, funcionamento e prática pedagógica da escola” (BRASIL, 2001, p. 46).

Sobre o público-alvo da educação especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) afirma que:

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008, p. 15).

As salas de recursos multifuncionais se inserem no contexto de políticas públicas para a promoção da inclusão a partir da disponibilização de recursos e apoio pedagógico para o atendimento de alunos com NEE matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 2010).

São nas salas de recursos multifuncionais que deve ocorrer o Atendimento Educacional Especializado - AEE como estabelece a Resolução CNE/CEB nº4/2009, que dita as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, afirmando que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 2).

Como declara Poker (2013), o AEE tem como objetivo proporcionar aos alunos com NEE um trabalho complementar específico para a superação ou compensação das limitações ocasionadas pelas limitações específicas de cada um, desenvolvendo suas habilidades e competências e por isso o atendimento nas salas de recursos multifuncionais não deve ser homogeneizador. Para isso:

[...]é necessário que se faça um diagnóstico a respeito da situação cognitiva, sensorial, comportamental, física, motora e escolar de cada aluno atendido, por meio de uma avaliação pedagógica diferencial, e, a partir desse trabalho, seja elaborado um plano de ensino individualizado que considere as suas dificuldades e valorize as suas capacidades e potencialidades (POKER, 2013, p. 20).

Como cita Mantoan (2010, p. 132), “o atendimento especializado aparece como garantia da inclusão”, pois entende-se que o Atendimento Educacional Especializado - AEE concebe-se em aplicação aos direitos constitucionais garantidos às pessoas NEE, pois busca promover a inclusão dessas pessoas por meio do acesso à educação e sua permanência no ambiente escolar, garantindo seu pleno desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania.

Sendo assim, a presente pesquisa se justifica pela importância social das salas de AEE, as quais podem oferecer melhores condições de atendimento educacional especializado como completo ao ensino regular, na cidade de Areia, estado da Paraíba.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa de cunho descritivo analítico, sendo essa caracterizada por ter no pesquisador seu principal instrumento de busca de informação, sendo esses dados predominantemente descritivos, ou seja, possuem descrição de pessoas, situações, acontecimentos, entrevistas e depoimentos (Lüdke e André, 1986). Corroborando com isso Neves (1996, p1) afirma que “faz parte da pesquisa qualitativa a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo”

Consideramos coerente, portanto, uma abordagem qualitativa visto que nas pesquisas qualitativas, geralmente o pesquisador procura compreender os fenômenos, segundo o entendimento dos participantes da situação estudada e, a partir disso, situar sua interpretação dos fenômenos estudados (Neves, 1996).

A primeira etapa dessa pesquisa utilizada para alcançar os objetivos propostos é uma pesquisa documental que “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (Oliveira, 2007, p. 69). Sendo que a “análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY 1981, apud LÜDKE e ANDRE, 1986, p. 38). Nesse sentido foi realizada uma pesquisa documental a nível municipal utilizando documentos relativos à implementação das salas de AEE no município, sendo necessário realização de pesquisas na internet e contato da Coordenadora Geral do AEE Areia/PB para acesso aos documentos. Nesses documentos (quadro 1) buscou-se: verificar as diretrizes gerais para a implementação do AEE; observar o que está disposto nas leis Municipais Nº 1.092/2022 e 881/2015 sobre o AEE estão sendo colocados em prática e identificar como são realizados os a partir dos diários e cadernos.

Quadro 1 - Documentos

Documento analisado	Descrição
Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - MEC	Institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica.
LEI MUNICIPAL 1.092/2022	Dispõe sobre a alteração da Lei 0760/2009 que versa sobre o Plano De Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Areia e dá outras providências
Lei Nº 881/2015	Dispõe sobre o Plano Municipal de aprovação do Plano Municipal de Educação de Areia e dá outras providências.
Diário do Aluno do AEE-2021/2024	Dispõe a ficha de matrícula, espaço para registros, ficha de anamnese, ficha de avaliação e modelo de plano de AEE, relatório final, etc.
Caderno do Aluno da sala Regular-2022	Nesse caderno os professores da sala regular devem registrar as informações coletadas sobre o estudante.
Caderno do Professor de AEE-2021/2024	Dispõe de espaços para preencher os horários de atendimento, relação dos alunos, planilha de avaliação do professor da sala regular,etc.

Fonte: Elaboração própria

O segundo instrumento de pesquisa se caracterizou por entrevista com roteiro semi-estruturado. A entrevista é um instrumento de coleta de dados que permite uma interação entre entrevistador e o entrevistado criando uma relação recíproca, garantindo a captação imediata das informações (ANA, 2018). Na entrevista com roteiro semi-estruturado, “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre

assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT et al, 2009, p. 74)

A pesquisa foi realizada com profissionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) do município de Areia, na Paraíba, que foi inaugurado em 23 de dezembro de 2022 através da Secretaria Municipal de Educação. Nessa ocasião também foi entregue um veículo do tipo van adaptada para a acessibilidade dos alunos paratletas atendidos pelo centro. No entanto, a movimentação para a implementação do AEE no município ocorreu no entre os anos de 2017 a 2018, porém isso se deu de forma pouco efetiva, já que houve apenas o contrato de uma professora de AEE e não ocorreu a implementação das salas de recursos.

Os profissionais que atuam no AEE foram contactados para participar da entrevista, de forma que dos 11 profissionais atuantes, oito aceitaram participar, sendo eles: uma coordenadora geral, duas coordenadoras pedagógicas, duas professoras do AEE, uma psicóloga, um professor de libras e um professor de educação física. As entrevistas duraram em média 32 minutos e foram realizadas em dias diferentes de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, ocorrendo entre os dias 29 de fevereiro de 2024 e 20 de março de 2024, sendo estas gravadas com o auxílio de um aplicativo de gravação de áudio.

O quadro 2 mostra as informações sobre os sujeitos entrevistados e suas respectivas siglas de identificação que serão utilizadas na descrição dos dados.

As entrevistas com roteiro semiestruturado abordaram assuntos referentes às normas e funcionamento do AEE do município, a localização e estrutura do salas de recurso, formação dos professores que atuam nas salas de recursos, perfil e seleção dos profissionais, seleção dos estudantes, realização dos atendimentos, relação com a família dos estudantes, dentre outros pontos.

Para participar da pesquisa os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foi informado os riscos e os benefícios de tal pesquisa e lhes foi garantido o sigilo de suas informações pessoais conforme é determinado pelas normas da realização de Pesquisa com Seres Humanos. Para atender os critérios da Bioética do Conselho Nacional de Saúde na sua Resolução 466/12 (BRASIL, 2012) o projeto foi submetido a Plataforma Brasil para apreciação bioética do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, com o registro efetivo de CAEE nº 76505623.2.0000.5188. Durante a realização das entrevistas foi informado que os

participantes poderiam recusar-se a responder qualquer pergunta que fosse considerada indevida ou que não tivessem o devido conhecimento ou capacidade para respondê-la.

Quadro 2 - Participantes das Entrevistas

Função no AEE	Siglas utilizadas na descrição dos dados	Tempo de atuação na educação especial	Duração da entrevista
Coordenadora Geral	Coord.1	7 anos	47 minutos
Coordenadora Pedagógica 1	Coord. 2	16 anos	25 minutos
Coordenadora Pedagógica 2	Coord. 3	14 anos	16 minutos
Professora AEE 1	Profa AEE.1	14 anos	56 minutos
Professora AEE 2	Profa AEE.2	1 ano	30 minutos
Professor de Libras	Prof. L	8 anos	27 minutos
Psicóloga	Psico	9 anos	36 minutos
Professor de Educação Física	Prof. EDF	20 anos	23 minutos

Fonte: Elaboração própria

Os dados obtidos na pesquisa foram analisados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977), e categorização conforme os achados da pesquisa. A análise de conteúdo é um “Conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. [...] o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (Bardin, 1977, p. 38).

Tal análise da pesquisa foi realizada por meio de categorias. De acordo com De Oliveira (2003), a categorização organiza classes que agrupam elementos da unidade de registro, sendo essas classes formadas a partir da correspondência entre significação, lógica do senso comum e a orientação teórica do pesquisador. Dessa forma, os critérios para a categorização podem ser semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos.

As categorias analisadas foram: 1- História e implantação do CAEE, 2- Trajetória e formação dos professores, 3- Alunos atendidos no CAEE, 4- Concepção dos participantes sobre o AEE, 5- Atendimentos e ações, 6-Atuação do Tradutor Intérprete de Libras, Psicóloga e Professor de Educação Física, 7- Relação com a família.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse momento serão apresentados os resultados e discussões da presente pesquisa. A análise foi realizada por meio de categorias achadas nos dados. Para garantir o sigilo da identidade dos oito profissionais optamos por nomeá-los com as seguintes siglas de identificação: Coord.1; Coord. 2; Coord. 3 ; Profa AEE.1; Profa AEE.2; Prof. L; Psico;Prof. EDF.

4.1 HISTÓRIA E IMPLEMENTAÇÃO DO AEE

Nessa categoria será abordada sobre a história e como se deu a implementação do AEE no município de acordo das informações fornecidas pelas coordenadoras do programa nas entrevistas.

No período em que essa pesquisa foi realizada o AEE do município de Areia contava com a atuação de 12 profissionais, sendo: uma coordenadora geral, as duas coordenadoras pedagógicas, um professor de educação física, dois psicólogos, uma assistente social, uma nutricionista, uma assistente social, uma professora de AEE da zona urbana, uma professora de AEE da zona rural e uma professora de AEE em processo de contratação. Desses profissionais, alguns não trabalham exclusivamente no AEE, atuando também, diretamente nas escolas. São eles: o professor de educação física, os psicólogos, a assistente social, e a nutricionista.

O serviço de AEE começou a ser implementado no município de forma pouco sólida, mesmo as verbas e alguns materiais tendo sido disponibilizados no ano de 2013. Contudo não houve preocupação e comprometimento dos então gestores municipais em implementar as salas de recurso no modelo atual, as ações eram incipientes. Apenas entre 2017 e 2018 a gestão contratou uma professora de AEE e uma intérprete de língua brasileira de sinais (Libras) para realizar os atendimentos de forma itinerante. Sobre esse momento inicial da implementação do AEE a COORD 1 afirma que:

O AEE ele já é uma lei federal e eu acho que se eu não me engano, foi em 2013 e que começou a se falar em AEE, mas ninguém sabia o que seria e também não houve uma preocupação da gestão tanto daqui como da outra cidade que eu trabalho e não houve essa preocupação de se buscar saber o que é, de se colocar professor na sala, de ter mais conhecimento. Veio a verba pra comprar material, eu lembro que ainda veio que aí comprou até aquele computador que era amarelinho. Veio todo o material, mas ficou tudo engavetado, tudo nos armários das direções. Primeiro porque as escolas não tinham estrutura para abrir uma sala de recurso. E segundo

que realmente não houve comprometimento mesmo. Então assim faz tempo, acho que dois mil e treze. (COORD 1, 2024).

Em 2021 foi criado o Departamento de Educação Especial e Inclusiva no município. O departamento realizou um levantamento de demandas para que as salas de AEE fossem implementadas nas escolas municipais, porém foi observado que as escolas da zona urbana do município não tinham estrutura para a implementação das salas de recurso. Para que esse serviço pudesse ser efetivado no município foi necessário a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). A criação dos CAEE é garantido pela Resolução CNE/CEB nº4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional onde em seu artigo 5º determina que o AEE pode ser realizado em centro de atendimento educacional especializado (Ministério da Educação, 2009).

Com isso, no dia 23 de dezembro de 2022 foi inaugurado o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) do município de Areia. O CAEE foi implementado em um prédio já existente na Rua Vigário Odilon, número 95, no centro da cidade. Com o intuito de que os alunos público alvo do AEE, residentes na zona urbana, fossem atendidos no espaço (foto 1) .

Foto 1: CAEE do município de Areia-Paraíba



Fonte: acervo pessoal, 2024.

A criação do centro foi considerada como um grande avanço para a educação especial e inclusiva na cidade. Entretanto, novos problemas surgiram, e um deles foi a dificuldade de locomoção dos alunos e familiares ao centro, o que fez o AEE ocorrer atualmente nas escolas. Com isso, assim como ocorria no início da implementação do AEE, a professora de AEE da zona urbana precisa fazer um trabalho itinerante. Sobre essa situação a uma das coordenadoras entrevistada informou que:

[...] a gente tem um centro de atendimento que é o CAEE, que fica perto do Santa Rita que atende a esses alunos, mas aí a gente se deparou com outra realidade porque, o AEE é para ocorrer em horário oposto, e a gente ofereceu isso aos pais, mas os pais não foram a favor. Porque eles têm que sair de casa e moram muito longe, por exemplo, na Jussara. Morar na Jussara, ter que vir pra rua trazer o filho, uma ou duas vezes na semana, são localidades muito longe, e eles, os pais não estavam levando. Então a gente foi para o plano B e a professora tornou-se itinerante para esses alunos não perderem o atendimento. Aí a professora se prontificou a ir pra escola e a escola está se adaptando, separando um cantinho pra fazer só aquele atendimento (COORD 1, 2024).

A respeito dos alunos público alvo do AEE da zona rural existem salas de AEE para atendê-los em algumas escolas, chamadas de “escolas pólos”. As escolas pólos são maiores e por isso foram escolhidas para abrigar as salas de AEE, que atendem alunos da própria escola e escolas próximas que não possuem salas de AEE. No total são cinco escolas pólos que estão localizadas nas comunidades rurais, nos distritos de Usina Santa Maria, Cepilho, Muquém, Mata Limpa e comunidade Chã da Pia.

A partir dessas informações é possível perceber que o AEE do município, apesar dos avanços ao longo dos anos, ainda necessita de melhorias para sua plenitude, sendo que ainda não seguem algumas das diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado exigidos pela Resolução CNE/CEB nº4/2009, como o exemplo da maioria dos atendimentos estarem ocorrendo no mesmo turno de escolarização dos alunos, sendo que o ideal é que ocorra no contra turno. Todavia, essas adaptações são realizadas para adequar o atendimento à realidade dos alunos e de seus familiares, garantindo-se o direito ao AEE. Com isso observa-se um grande empenho dos que fazem parte do AEE do município em prol de um bem maior, que é fazer o AEE funcionar e atender os alunos públicos alvo, apesar das dificuldades enfrentadas.

Ações e adaptações como essas são de extrema importância para a inclusão escolar, sendo esse um processo que não se configura apenas em sala de aula com a ação dos professores. Nessa perspectiva, Bueno (1999, p. 9) acredita que:

[...] A implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente), quer nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a Educação Especial.

4.2 TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Para que os profissionais possam atuar no AEE é necessária e importante uma formação na área da educação, bem como conhecimentos sobre educação especial e inclusiva adquiridas através de uma especialização ou pós-graduação, tendo em vista que sem profissionais dotados desses conhecimentos os alunos público alvo do AEE não são devidamente alcançados. Portanto, profissionais especializados são indispensáveis para o sucesso desse serviço.

Em acordo com esse entendimento a Lei municipal 1.092/2022(PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA, 2022) que versa sobre o plano de cargos, carreira e remuneração do magistério público municipal de Areia em seu artigo 71º diz que para a efetivação do AEE (Atendimento Educacional Especializado), as escolas devem dispor de:

[...]Profissional preferencialmente efetivo com formação específica em cursos de formação continuada, com carga horária mínima de 160h, de aperfeiçoamento ou a nível de especialização na área da Educação Especial, que o habilite a realização do estudo de caso (elaborado por ele em articulação com o professor do ensino regular e outros profissionais da instituição) e demais instrumentos de acompanhamento do aluno (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA, 2022).

Foi notado que o município procura seguir essa prerrogativa que é exigida pela lei municipal, pois as professoras de AEE e os demais profissionais têm formação adequada para atuar na educação especial. Sendo a maioria deles graduados em curso da área da educação e especialistas em Educação Especial e Inclusiva. Apenas o tradutor/intérprete de Libras atua apenas com o curso técnico, embora esteja se formando em um curso de graduação em Letras/Libras. Além disso, a maioria dos profissionais entrevistados são efetivos, salvo as duas coordenadoras pedagógicas e a psicóloga. Desses, os efetivos mais recentes são as duas professoras de AEE e o tradutor e intérprete de libras que prestaram concurso público no município no ano de 2022.

A Lei municipal 1.092/2022 também determina, em seu artigo 70º, que a Secretária Municipal deve atuar dando apoio ao serviço. Dentre esses apoios está incluso a

formação continuada para os profissionais do AEE. O objetivo da formação continuada é permitir a constante atualização do professor para que possam desenvolver-se e repassar os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Nesse sentido, cursos ou palestras pontuais não podem ser consideradas formação continuada, já que de acordo com o Decreto N° 8.268/2014 a formação continuada deve conter uma carga horária mínima de 160 horas. Todavia, os professores fazem formações pontuais que também tem valia no processo educativo.

Ao ser questionada sobre as formações oferecidas, a Coord.1 alega que o departamento de educação inclusiva do município promove formações na área aos profissionais do AEE e demais profissionais da educação básica. Foi citado que em 2023 foi contratado uma empresa para ministrar o curso ABA (Capacitação Multiprofissional em Análise do Comportamento Aplicada aos profissionais), entretanto não se sabe se o curso cumpriu a carga horária mínima para ser considerado formação continuada. Todos os profissionais entrevistados alegam que participam dessas atividades quando elas são oferecidas pelo município, como também alguns citam que realizam formações continuadas por conta própria, sendo que a Coord.1 alega que as capacitações desses profissionais devem ocorrer periodicamente como uma determinação para atuação no AEE.

Além disso, os profissionais entrevistados possuem experiência de atuação na área da educação especial, tanto atuando no município de Areia ou em outros municípios. Sobre as suas trajetórias na educação especial alguns entrevistados descrevem que:

Aqui no município de Areia eu estou desde abril do ano passado. Mas trabalhando como intérprete, se for contar por toda a minha vida, eu comecei aos dezessete anos de idade como intérprete voluntário. E aí eu aí dois mil e dezesseis, quando eu estava com vinte e seis anos, eu comecei a trabalhar profissionalmente (PROF. L, 2024).

Na verdade eu iniciei na educação especial mas era em outras funções. Eu já fui cuidadora, depois eu me tornei professora do AEE e estou até agora desde dois mil e quinze (PROFA. AAE 1, 2024)

Minha jornada na educação especial é recente em atuação no AEE. Porque eu sou efetiva no município há um ano. No entanto, eu venho da sala regular, sou professora da rede básica também (PROFA. AEE 2, 2024).

Eu conheci na prática a educação especial quando terminei o meu curso de pedagogia. Eu consegui uma oportunidade na APAE e foi lá onde eu comecei minha trajetória. Eu digo que lá onde eu me encontrei, como profissional e como ser humano.[...] Hoje estou como coordenadora na APAE além de professora de sala de aula e também já participei da APAE, já fui professora, mas no município estou coordenando (COORD. 3, 2024).

4.3 ALUNOS ATENDIDOS NO AEE

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (MEC, 2009) estabelecem como público alvo do AEE alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Portanto, assim como é estabelecido o AEE do município de Areia atende em média 80 alunos público-alvo do AEE, sendo estes diagnosticados com Autismo, Síndrome de Down, Deficiência Física, Deficiência Intelectual e Microcefalia. Ademais, alunos que não são público-alvo do AEE mas que têm o comportamento e aprendizado comprometido também podem ser atendidos com uma regularidade menor. Esse é o caso de alunos com Dislexia e TDAH que as profissionais do AEE julgam necessitar do atendimento.

No município os alunos são selecionados para o AEE por meio do Departamento de Educação Especial que realiza uma avaliação junto à criança e aos pais. A partir dessa avaliação são realizados relatórios que são enviados para a equipe multidisciplinar do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para realização de avaliação e laudo. E para que os alunos sem laudo sejam atendidos pelo AEE é necessária autorização dos pais ou responsáveis.

Sobre o atendimento de alunos não laudados uma das professoras entrevistadas alega que:

Como aqui, meu número é muito grande, a coordenadora geral disse no início que a gente só atendesse aqueles que tinham laudo. [...] E aí, como tinha alunos que realmente você via ali que era muito provável que existisse uma deficiência, tanto em alguns casos foram encaminhados por clínico e foi comprovado que eles têm deficiência e hoje já estão diagnosticados com autismo, deficiência intelectual. Como a gente sabe que existe uma deficiência foi quando eu cheguei aqui eu disse, “gente existe uma norma técnica, que a nota técnica de 2014 de número 4, que ela diz que o AEE ela não é um atendimento clínico, portanto ela não deve estar condicionada a existência de um laudo”. Então eu disse, vamos começar a atender esses alunos e aí a gente, o município, se puder encaminhar, aí foi que aconteceu (PROFA. AEE 2, 2024).

A nota citada pela entrevistada trata da nota técnica nº 04 de 2014, emitida pelo Ministério da Educação – MEC, que apresenta diretrizes sobre a documentação comprobatória de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. A mesma dita que :

Não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório,

mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (BRASIL, 2014).

A fala da professora entrevistada demonstra que, inicialmente, os profissionais do AEE não tinham orientação quanto ao atendimento de alunos não laudados pelo AEE do município, o que é bastante preocupante, uma vez que negar o atendimento a um aluno com necessidades educacionais especiais devido à falta de laudo médico pode se configurar como um movimento de descaracterização do processo inclusivo do AEE, sendo que a exigência imediata do laudo pode gerar uma barreira burocrática impedindo que esses alunos sejam inseridos no AEE. Destacamos como excelente a postura das profissionais do AEE frente à problemática, pois respaldadas pela nota técnica não negaram atendimento a esses alunos, mas os atenderam e buscaram soluções para que esses alunos recebessem o diagnóstico. Sendo esse laudo importante para que os alunos tenham um atendimento adequado para suas necessidades específicas.

4.4 CONCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O AEE

Quando questionado aos participantes sobre o que eles entendem sobre o AEE, dos oito entrevistados todos trazem uma concepção de AEE com base nos preceitos da educação inclusiva e de acordo com o que está previsto na legislação. Que dentre outras afirmações alega que:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Ministério da Educação, 2009).

Dentre as falas das pessoas entrevistadas destacamos duas, por sua coerência acerca da função do AEE e a sensibilidade de suas mensagens.

É um serviço que foi criado pensando nessa questão da inclusão. A gente sabe que tem um processo histórico aí (sic) que foi bastante prejudicado e que ainda tem marcas na educação do nosso país. Então o AEE é um serviço que visa pelo menos minimizar essa discrepância no ensino regular que é ofertado para o aluno que não tem nenhum tipo de deficiência e o aluno que tem algum tipo de deficiência. A gente está ali justamente para tentar minimizar com as estimulações que a gente pode promover nas salas de recurso e com as orientações que a gente faz junto aos professores e a equipe pedagógica como um todo (PROFA AEE. 1, 2024).

O AEE é aquele lugar e aquela interligação de como de trazer o conhecimento para o aluno de uma forma diferenciada, porque muitas vezes o aluno está ali dentro da sala de aula e a metodologia, a forma do ensino não está sendo eficaz para ele, mas na sala de AE que ele vai e se sentir valorizado. Porque alguns alunos são taxados de

com (sic) “como você não aprende?”, “você nunca vai aprender, você nunca vai conseguir”. E ali naquela sala que desperta isso nele, que não é dessa forma, não é da maneira questão tachando ele. É ali que ele descobre que é capaz. (COORD. 2, 2024).

Quando questionados sobre a importância do AEE, os entrevistados destacaram vários pontos sobre sua importância para os alunos atendidos. Dentre essas, destacamos algumas que estão listadas abaixo (quadro 3).

Quadro 3- Importância do AEE na opinião dos entrevistados

Importância citada	Nº de vezes que foi citado
Inclusão escolar	4
Educação adaptada	4
Formação Social	2
Interação com a família	2
Desenvolvimento do aluno	2
Sensibilização dentro da escola	1
Sentimento de capacidade	1
Olhar para as potencialidades dos alunos	1

Fonte: Elaboração própria

Os profissionais entrevistados consideram o AEE importante, principalmente, pelo fato de este promover a inclusão e uma educação adaptada aos alunos público-alvo. Esses pontos têm uma importante ligação, pois a medida que o aluno tem a possibilidade de receber um atendimento especializado e adaptado para as suas necessidades e desenvolvimento de suas potencialidades, a inclusão em diferentes âmbitos da sociedade são facilitadas, incluído assim a inclusão no ambiente escolar, possibilitando a essas pessoas o acesso à educação. Assim como está disposto na Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), em que no seu artigo 27º dispõe que a educação inclusiva é um direito da pessoa com deficiência, sendo dever do Estado, família e comunidade escolar assegurar a educação de qualidade para essas pessoas. Além disso, no inciso I da mesma lei é destacado a importância do AEE para o sistema educacional inclusivo, ao afirmar que o poder público deve: promover: “[...]sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015, p 12)”

Vygotsky (1999) afirma que o aprendizado desperta processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando a criança está em interação com pessoas no seu ambiente e em cooperação com seus companheiros. Portanto, o serviço proporcionado pelo AEE em junção com a família auxilia tanto o desenvolvimento acadêmico do aluno, quanto o desenvolvimento social. Pontos que foram citados por alguns entrevistados como sendo importantes e que são garantidos legalmente pela LBI (BRASIL, 2015) ao afirmar em seu artigo 28º, inciso V que o poder público deve adotar medidas em ambientes que potencializam o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência.

Além disso, um dos entrevistados citou que uma das importâncias do AEE era o fato de focar nas potencialidades dos alunos e não apenas para suas dificuldades, e focando nesses aspectos o AEE pode ajudar em outra importância citada, que é o estímulo do sentimento de capacidade e autoestima por parte desses alunos que muitas vezes são desestimulados e excluídos da sociedade.

A partir do que foi exposto percebe-se que os profissionais do AEE do município entrevistados possuem uma visão coerente do que é o AEE e sua importância. Tal fato é extremamente relevante para a qualidade do serviço oferecido, sendo que esses profissionais atuam diretamente na promoção da inclusão de alunos antes negligenciados. No entanto, essa inclusão só será efetiva se os profissionais do AEE, cientes da sua importância e função, comprometem-se com o AEE e com os alunos atendidos, para que estes possam desenvolver-se academicamente e socialmente.

4.5 ATENDIMENTOS E AÇÕES

Para melhor compreensão sobre as ações do AEE, optamos em subdividir em ações de serviço ou atendimentos, os quais serão descritos e analisados abaixo:

4.5.1 Seções

Os atendimentos do AEE no município de Areia são realizados por duas professoras, uma que atende na zona rural e outra na zona urbana. As duas professoras atuam de forma itinerante, ou seja, elas se deslocam até as escolas para atender os alunos. O nível de escolarização dos alunos é desde o maternal I até o 9º ano do ensino fundamental.

A professora que atua na zona rural atende 44 alunos, e a professora da zona urbana atende 33 alunos. Ambas consideram que é interessante a ampliação do número de professores do AEE no município para a melhoria dos atendimentos. Sobre isso elas afirmam que:

Porque a escola é viva, as necessidades mudam, os alunos mudam e a gente vai descobrindo no dia a dia que aquilo que a gente achava que ia funcionar não está funcionando em sua totalidade, então acredito sim que precisa de melhorias, e um exemplo claro é ampliação de professores para o atendimento. Então isso é uma melhoria urgente inclusive (PROFA AEE 1, 2024)

No ideal dentro das possibilidades, se pudesse a gente pudesse (sic) dividir seria interessante. Esse ano a gente vai ter um quantitativo a mais, então automaticamente o nosso número de alunos acaba diminuindo, o que acaba melhorando a qualidade. Eu acredito que quanto menos alunos a gente tiver melhora a qualidade de atendimento porque a gente tem mais tempo com aquele aluno (PROFA AEE 2, 2024)

A Coord.1, a Profª AEE. 1 e a Profª AEE. 2 afirmaram que o AEE do município estava em processo de contratação de uma professora de AEE. Isso diminuiria a demanda das professoras de AEE atuantes trazendo a elas melhores condições de trabalho e consequentemente um melhor atendimento aos alunos.

É citado que a principal dificuldade de seus alunos é a defasagem no processo de alfabetização seguido da dificuldade de organização de comportamento e dificuldade de concentração. E para suprir essas demandas, elas utilizam em seus atendimentos metodologias inclusivas que não são proporcionadas na sala regular.

Sobre os atendimentos realizados com os alunos uma das professoras cita que:

Consiste em a gente estar numa sala fazendo a intervenção com aquele aluno buscando desenvolver aquela habilidade que ele não possuía naquele momento que os professores da sala regular que era importante que a gente conseguisse desenvolver. Muitos alunos ainda têm a dificuldade da alfabetização, então a gente acaba trazendo recursos que ajudem e que facilitem pra que ele desenvolva aquela habilidade que ele ainda não atingiu (PROFA AEE .2, 2024).

Em seu relato a professora da zona rural explicou que organiza cronograma semanal de forma a contemplar todas as escolas, sendo que na zona rural as escolas com maior demanda necessitam de sua presença no turno da manhã e da tarde.

Dependendo da quantidade de alunos, na zona urbana, os atendimentos variam entre 30 e 50 minutos, sendo estes feitos de forma individual. Na zona rural, independentemente da demanda de alunos, os atendimentos têm uma duração mínima de 40 minutos, por isso às vezes a professora prefere fazer atendimentos em grupos, mas isso é feito seguindo alguns

critérios, como, por exemplo, o nível de aprendizagem e as dificuldades dos alunos. A frequência com que os alunos são atendidos na zona rural varia, pois, alguns alunos são atendidos duas vezes por mês e outros são atendidos quatro vezes por mês. Essa frequência varia devido a professora priorizar as escolas maiores, por possuírem maior demanda. Sobre essa situação a professora afirma que:

[...]o critério que a gente utilizou foi por ser uma escola com um número menor de alunos, então acabava que era melhor eu estar presente toda semana nas escolas maiores. Acaba que a gente sabe que é um prejuízo para os outros alunos, mas a gente teve que usar esse critério para fazer funcionar. Então algumas escolas eu conseguia uma vez por semana com os alunos e outras escolas de quinze em quinze dias (PROFA AEE 1, 2024).

O turno dos atendimentos na cidade varia, podendo ocorrer no turno em que o aluno estuda ou no contraturno escolar. Já na zona rural os atendimentos ocorrem, principalmente, no próprio turno escolar. Os atendimentos de AEE no próprio turno escolar no município ocorre devido a logística de transporte e a distância em que os alunos moram que dificultam a realização do contra turno. Apesar de não ser o modelo ideal citado na legislação, a professora que atua na zona rural tenta ver o lado positivo dessa situação, pois ela relata que isso permite um melhor diálogo e interação com os professores da sala regular, facilitando a identificação de necessidades dos alunos e trocas de ideias sobre as ações necessárias.

A variação entre o tempo de atendimento que os alunos receberam e a quantidade de atendimentos ao mês, adaptadas ao contexto de cada aluno e circunstâncias, são totalmente aceitáveis. Como Ropoli et al. (2010, p. 22) pontua: “Há alunos que frequentarão o AEE mais vezes na semana e outros, menos. Não existe um roteiro, um guia, uma fórmula de atendimento previamente indicada[...]”

4.5.2 Planejamento

Com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, uma das atribuições dos professores de AEE é elaborar e executar um plano de atendimento educacional especializado (Ministério da Educação, 2009).

Isso é reforçado pela lei municipal 1.092/2022 a partir da orientação que uma das funções dos professores de AEE no município é:

Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o

tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas do aluno; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA, 2022)

Esse planejamento é essencial a funcionalidade do Atendimento Educacional Especializado, devido ao seu caráter inclusivo e adaptado que busca atender as necessidades dos alunos e desenvolver suas habilidades. Para tanto, o planejamento permite a utilização de estratégias e recursos adequados para atender as necessidades e habilidades do aluno, promovendo assim, um ensino adaptado e individualizado. Como também auxilia na avaliação do desenvolvimento do aluno.

Sendo assim foi questionado às professoras de AEE do município como é realizado o planejamento dos atendimentos. As professoras explicaram que desenvolvem o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Sobre isso uma das professoras relatam como sucedeu o desenvolvimento do plano de 2023:

Ano passado a gente foi às escolas no primeiro momento buscar todas as informações como os dados básicos e depois a gente foi conversando de maneira bem lúdica com os meninos trazendo um recurso que chamasse atenção pra gente poder jogar, conversar e aí a gente ia nesse momento de conversa a gente ia brincando naquele momento bem lúdico de uma brincadeira, fazendo as nossas anotações para poder ter mais ferramentas para poder criar essas metas e objetivos do PDI (PROFA AAE.2, 2024).

Uma das características citadas sobre o plano é a sua flexibilidade, pois à medida que os atendimentos ocorrem às necessidades e habilidades podem ser modificadas, ocorrendo a necessidade de uma nova abordagem para melhor atender o aluno. Portanto o plano é sempre consultado e readequado à realidade do momento.

Foi alegado que o planejamento ocorre semanalmente, de forma conjunta entre as duas professoras. Elas explicam que no decorrer da semana a partir dos atendimentos são feitas anotações sobre necessidades dos alunos e os materiais e recursos que precisam para os atendimentos. Na maioria das vezes os recursos são produzidos manualmente pelas professoras e compartilhados entre si. Todos os atendimentos são registrados em um caderno (foto 2), assim como explica uma das professoras entrevistadas:

Toda rotina do atendimento é registrada, por exemplo, nesse caderno a gente também registra se houver alguma ocorrência, se houver algum acontecido, se a gente precisar fazer uma orientação aos professores. Tudo isso fica registrado no nosso caderno como uma forma de poder ter ferramentas para fazer os relatórios de fim de ano (PROFA AAE 1, 2024).

Foto 2- Caderno de registro disponibilizados às professoras

The image shows a spiral-bound notebook with a form titled "REGISTRO DE FREQUÊNCIAS, ATIVIDADES E AVALIAÇÕES". The form is organized into two main parts. The top part is a calendar grid with columns for months (Fevereiro to Dezembro) and rows for days. Below the calendar, there are six identical sections for recording activities and evaluations. Each section contains a date field, a line for "Atividades:", a section for "Avaliação" with sub-fields for "Avanços:" and "Dificuldades:", and a line for "Ass. Prof.:". The notebook is open to a page showing the first three sections.

Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A prática de registrar os atendimentos e ocorrências no AEE descritas pelas professoras são excelentes ferramentas para avaliação contínua a partir da observação do desenvolvimento e necessidades dos alunos permitindo a adequação e planejamento dos atendimentos à realidade do aluno. Assim como reconhece Bruno (2006, p. 25) ao afirmar que: “A observação e o registro situam o professor em relação à intervenção, ajuda e estratégias necessárias à formação integral do educando, bem como auxiliam na busca de informações a respeito das necessidades específicas [...]”.

4.5.3 Recursos

Os recursos pedagógicos são peças fundamentais para o funcionamento do AEE, pois é através da utilização de recursos adequados para a necessidade dos alunos que os docentes conseguem ajudá-los a desenvolver habilidades que ainda não foram alcançadas. Isso está disposto Manual de Orientação: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010) que afirma que esses espaços devem ser dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que promovam a

escolarização através da eliminação de barreiras impostas ao público-alvo da educação especial.

Através da fala das professoras é possível identificar que as salas e os recursos disponibilizados ainda não são totalmente adequados para os atendimentos, visto que ao serem perguntadas sobre a situação das salas que atendem e os recursos disponibilizados foi alegado que na zona rural e urbana algumas escolas têm salas de recursos e outras não, dessa forma os atendimentos podem ocorrer em outros espaços. Na zona urbana, a professora alega que os recursos disponibilizados são bons, já a professora da zona rural indica que na zona rural em alguns casos os recursos são adequados, mas existem escolas que os recursos estão defasados. Sendo assim, a professora da zona rural relata que os recursos disponibilizados não são suficientes, como também a um descontentamento por parte da profissional com relação à falta de espaço adequado para os atendimentos em algumas escolas e a falta de estrutura das salas.

Sendo assim, ao ser perguntada se faria alguma mudança no seu ambiente de trabalho a entrevistada, indica que que:

Com certeza. Assim, não é no total, entendeu? Tem escolas que têm estruturas boas, tem salas amplas, arejadas, com quantitativo legal de recursos. Mas existem outras que não é assim, por exemplo, a escola que eu atendo na sala do gestor[...] Então nesses, nesses contextos, que eu atendo em biblioteca sala de gestor, mudaria sim. E também tem salas que são bem ruinzinhas, sabe? De estrutura mesmo, mesmo sendo a sala de recurso, mas é ruinzinha de estrutura. Então nessas eu faria sim algumas adequações. Até de mobiliário, porque as cadeiras são desconfortáveis, são cadeiras de educação infantil e isso tudo prejudica a qualidade do atendimento (PROFA AEE 1).

Todavia, foi indicada que em 2023 foi destinado verba para a compra de novos de novos recursos, mas uma das entrevistadas supõe que a demora para a entrega desses recursos seja devido às suas especificidades.

Assim sendo, as professoras produzem muitos recursos em conjunto e compartilham entre si. A produção de recursos para atender as necessidades dos alunos é uma das atribuições dos professores de AEE, no entanto as professoras de AEE do município algumas vezes precisam comprar os materiais para a produção dos recursos com recursos financeiros próprios, o que não deve ser dever do professor.

4.5.4 Avaliação

O objetivo do AEE não é gerar uma nota para o aluno para que assim ele possa “passar de ano” mas sim, suplementar a formação dos alunos público-alvo visando o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades colaborando para sua inclusão escolar e social.

Posto isso, as professoras do AEE no município consideram que a melhor forma de avaliar o aluno é por meio dos registros dos atendimentos. Os registros contam com todas as informações do atendimentos incluindo, os recursos utilizados, os objetivos do atendimentos, os avanços observados e as dificuldades que precisam ser trabalhadas. Esses registros são compartilhados com os professores da sala regular, e vice versa, configurando-se assim como um trabalho em conjunto.

Esses registros são importantes para a realização do relatório final do aluno, destinado à escola regular. Nele são destacados os avanços do aluno na perspectiva do AEE, indicando o potencial do aluno para seguir para a próxima turma. Contudo, essa deve ser uma decisão realizada coletivamente com outros professores. Além disso, é citado que o relatório final é importante para a adaptação pedagógica dos professores da escola regular, já que aponta formas e metas para o ano seguinte, como também busca trazer a valorização dos avanços dos alunos.

4.6 ATUAÇÃO DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS, PSICÓLOGA E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A atuação do tradutor intérprete de libras é garantido legalmente pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) que estabelece que os sistemas de ensino durante a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva devem disponibilizar instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete para inclusão dos alunos surdos.

Portanto, a Lei Municipal 1.092/2022 em seu artigo 66 estabelece que o tradutor e intérprete de Libras deve desempenhar a seguinte função:

O intérprete de Libras atua como mediador entre o aluno surdo e o professor da sala regular. Seu papel em sala de aula é traduzir da Língua Portuguesa para a Língua de Sinais. Ele deve estar atento na hora de transferir o conteúdo e dúvidas, possibilitando a participação do aluno em todos os contextos. O Intérprete irá mediar a comunicação entre o surdo, professores e colegas através da LIBRAS, com utilização de recursos pedagógicos adaptando a escola e turma, sempre que

necessário, para possibilitar a interação de todos (PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA, 2022).

Entretanto, o profissional entrevistado explica que não consegue desempenhar essa função com totalidade mesmo sendo esse o cargo para o qual é concursado. Isso porque a maioria dos alunos surdos do município não são alfabetizados na Língua Brasileira de Sinais, portanto desempenhar o seu papel de tradutor e intérprete de Libras torna-se inviável em alguns casos. Por isso, nessa função ele atende apenas dois alunos.

Para suprir essa demanda, o mesmo realiza um trabalho voluntário no CAEE, onde atua como professor de Libras ensinando os alunos surdos a se comunicarem por meio da Língua de Sinais. No período da entrevista oito alunos eram atendidos pelo professor no total, sendo que esse número poderia aumentar por ser início do ano letivo.

As aulas ocorrem em grupos (foto 3), onde são utilizados recursos pedagógicos e técnicas de ensino para proporcionar o aprendizado aos alunos.

Foto3: Aula de Libras Ministrada pelo PROF.L



Fonte: Acervo pessoal

Uma das principais dificuldades para desempenhar seu papel de professor de Libras é a falta de recursos adequados que possam atender os alunos surdos.

[...]a dificuldade que a gente sente são as dificuldades que realmente estão fora da nossa alçada. Como por exemplo, às vezes preciso de mais recursos. Nós temos aqui (no CAEE) muitos materiais pedagógicos, mas poucos deles eu posso utilizar com os meninos surdos. Ou talvez eu não tenha tempo ainda pra pensar como que eu posso adaptar aquele material. Mas aqui tem muita. Mas por exemplo, às vezes eu preciso imprimir alguma atividade como hoje, eu eu preparei essa atividade aqui pra trabalhar com eles e eu pedi pra ser impresso oito folhas e quem imprimiu, imprimiu só uma. Então não deu pra eu trabalhar com eles e isso eu tive que mudar em cima da hora pra outro conteúdo, entendeu? Então é nisso. Nisso realmente falta, a gente precisa de uma impressora aqui precisaria de internet pra colocar o computador para funcionar. (PROF. L, 2024)

Além do AEE do município promover o ensino de Libras, existe a cooperação com outros profissionais para atender às necessidades mais específicas dos alunos. Nesse sentido foram entrevistados um professor de Educação Física e uma psicóloga para entender suas contribuições para os alunos públicos alvos do AEE no município.

A Psicóloga atua em dezessete escolas da zona urbana e rural. Sua função é acompanhar a situação dos alunos. Sobre sua atuação ela explica que:

Como somos dois psicólogos que atuam dentro do município, o que eu estou fazendo esse ano é indo nas escolas agora para identificar as crianças que fazem parte do departamento. Aí eu pego, vejo a ficha, vejo a medicação, os laudos se estão corretos, se estão logo novos, que tem que ter. E faço as intervenções se for necessário (PSICO, 2024) .

Já o professor de Educação Física atua com a inclusão dos alunos no esporte, com o seu trabalho no paradesporto com projetos paralímpicos. Para isso, ele se dirige às escolas e identifica alunos com deficiência física, intelectual e visual para participarem da modalidade esportiva paraolímpica. Os alunos participam, principalmente, do atletismo na modalidade de bocha e basquete em cadeira de rodas. Esse trabalho ocorre com crianças em idade escolar, sendo que o professor relata que atualmente seu projeto atende para atletas escolares com idade de sete a dezessete anos. O professor prepara os alunos para participarem de eventos promovidos pelo governo federal e estadual, com viagens custeadas pelos órgãos competentes.

A atuação do entrevistado é extremamente relevante para o município e para os alunos atendidos, isso porque o esporte é observado como uma excelente ferramenta para inclusão da pessoa com deficiência, pois estimula o sentimento de pertencimento e a interação social dessas pessoas (LBI, 2015). Assim como fica claro no relato do professor:

Porque quando eles se encontram isso é sensacional. Eles deixam de ser tímidos e começam a se comunicar uns com os outros, e isso é importante para a questão social deles. Eu fico às vezes observando de longe isso, eles conversando. Entendeu? Perde a timidez. E isso é importante porque tem uns que já são mais experientes e já passa a experiência para os novatos que estão chegando. Há uma multiplicação de várias experiências entre eles mesmos, acontece naturalmente, ninguém esconde nada, ninguém enrola (PROF. EDF, 2024).

4.7 RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

São vários os documentos que versam sobre os deveres da família das pessoas com deficiências e NEE. Dentre eles, a Declaração de Salamanca (1994) cita que deve haver uma relação de colaboração e apoio entre administradores escolares, professores e pais. Os pais deveriam ser encorajados a participar de atividades educacionais em casa e na escola, bem como na supervisão e apoio à aprendizagem de seus filhos. No contexto do AEE cabe ao professor “Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (Ministério da Educação, 2009, p. 4).”

Logo, é sabido que a cooperação entre o AEE e a família dos alunos atendidos é um tópico crucial para o desenvolvimento do aluno, sendo também um dever destes. Portanto buscou-se entender como se dava a relação da família com o AEE e as dificuldades enfrentadas para a criação de um ambiente de colaboração entre os mesmos.

No geral, os entrevistados consideram que os familiares dos alunos possuem boa relação com os profissionais do AEE e que reconhecem a importância do atendimento para seus filhos.

As professoras de AEE explicam que encontros com os familiares ocorrem em sua maioria informalmente. Pois quando as mães dos alunos vão levar seus filhos até a escola aproveitam para se informarem sobre o desenvolvimento deles, assim como ocorre com o tradutor e intérprete de Libras. Contudo, quando necessário as professoras podem solicitar reuniões. No final de 2023 foi realizada uma reunião devolutiva com os pais. As professoras relataram que essa ação foi proveitosa para estreitar a relação com a família. A esse respeito foi afirmado que:

No final do ano a coordenação marcou a reunião de devolutiva para as famílias e aí a gente sentou aí foi um momento bem interessante, algumas ainda não tinham conversado comigo, não tinham acesso porque a gente nunca batia o horário que elas iam na escola. Enfim, aí foi quando a gente realmente conseguiu dialogar. Mas as famílias que eu tenho acesso, acaba que a gente vai criando um certo vínculo elas demonstram uma certa confiança porque vê que mesmo estando lá de vez em quando eu consigo falar sobre os filhos delas com alguma propriedade. Então elas

vêm assim “o atendimento funciona, ela sabe de quem ela está falando” (PROFA. AEE1).

No final do ano nós tivemos uma reunião muito bacana. E ter a oportunidade de ver aquelas famílias citando para a gente que desde que a gente chegou elas conseguem ver o desenvolvimento dos meninos, elas conseguem perceber como os meninos eram e como eles estão se comportando e isso tem a ver com o conjunto. [...] Existe um reconhecimento nas reuniões de fim de ano, as famílias estavam, e muito satisfeitas com o atendimento (PROFA. AEE2).

A relação da família com a coordenação parece ser bem próxima, já que uma de suas funções é fazer o acompanhamento e orientação com as famílias sobre medicação e encaminhamentos. Os alunos que apresentam sinais de algum diagnóstico têm a família convidada para conversar junto a equipe sobre a importância da busca do diagnóstico. Quando o aluno passa a ser atendido pelo AEE e necessita de uma rotina na escola, também é repassado uma rotina para a família. Em alguns casos são realizadas visitas à casa dos alunos para verificar se realmente a família está seguindo o que foi proposto.

Apesar da boa relação com a maior parte das famílias dos alunos, existem casos desafiadores e que exigem maior cautela e estratégias para alcançá-los. Isso se dá devido a diversidade de contextos familiares em que os alunos estão inseridos, revelando que cada família pode necessitar de abordagens e estratégias diferentes para incluí-los efetivamente na vida escolar do aluno. Esse trabalho é de suma importância para que os alunos não tenham prejuízos, e lhes seja fornecido um atendimento especializado digno e cooperativo, assim como é estabelecido legalmente.

Alguns dos casos citados foram:

Tem alunos que ainda não vieram para o atendimento, apesar de estar precisando muito. E assim eu estou sempre lá falando com a mãe. Mas é porque também é um pouco complicado, porque às vezes a mãe quer, mas as demandas em casa, e aí (sic) pra estar cuidando e vindo deixar o aluno fica um pouco complicado. Então assim, é relativo. Mas tem alguns que tem condição de vir e não fazem esforço e já tem outras que querem vir e requer um esforço a mais para que seja feita (PROF.L, 2024).

As meninas fazem a visita técnica uma vez no mês para saber se o aluno está fazendo terapias, e tem casos da família atrasar a medicação, por exemplo. Às vezes os pais não dão a medicação, não tem na farmácia, mas também não procura a gente para a gente fazer as orientações de ir na secretaria [...] então algumas famílias são resistentes a esse olhar mais cuidadoso, a rotina em casa. Tem pais que não fazem nada de rotina, não se preocupam, fazem as vontades do filho (COORD.1, 2024).

Às vezes a dificuldade às vezes é a questão do relacionamento entre a família e o professor. Muitos não têm total credibilidade e confiança no meu trabalho, e isso é uma conquista demorada (PROF. EDF, 2024).

Então, não consigo acessar todas as mães. Também tem contextos que o aluno nem mora com a família, mora com qualquer pessoa que não tem cuidado, está

oferecendo abrigo, entendeu? Não tem a responsabilidade de estar acompanhando a escola. Então esses casos são bem difíceis (PROFA. AEE 1, 2024) .

Eu identifiquei uma criança na zona rural que a mãe só tratou do autismo da filha e esqueceu que a filha é adolescente menstrua e tem cólica forte, que a filha pode ter anemia porque fica deitada em casa e que a filha pode estar faltando ferro. Então ela não foi pra psicóloga com a criança, ela só pegou o laudo e ficou recebendo dinheiro e nunca mais foi pra canto nenhum. E aí é uma vergonha você se deparar com isso. Então já nesse início do ano eu já estou me deparando com essa mãe (PSICO, 2024).

Ainda que haja uma boa relação com a maioria das famílias, ainda há desafios consideráveis que devem ser enfrentados. Esses desafios vão para além de questões de AEE e envolvem também a responsabilidade do setor de saúde. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI- Lei nº 13.146/2015) reafirma a importância da intersetorialidade para a garantia de um suporte adequado e integrado às necessidades das pessoas com deficiência visando ao seu desenvolvimento global. Essa colaboração, é crucial para o enfrentamento de casos de negligência familiar e situações familiares complicadas, como exemplificados nos relatos acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Educação de Areia (PME) traz dentre suas diretrizes a universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais e difusão da equidade e do respeito à diversidade. Além de dispor em seu Art. 8º que: “Para garantia da equidade educacional, o Município deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.” Nesse sentido, ao longo deste trabalho investigamos como está ocorrendo a implementação do serviço de AEE no município. Esse estudo revelou um cenário complexo sobre o assunto, onde foram observados claros avanços do AEE no município, como também a necessidade de melhorias no serviço oferecido.

O serviço solidificou-se de fato no município com a criação do Departamento de Educação Especial e Inclusiva, que realizou um levantamento de demandas para que as salas de AEE fossem implementadas, bem como com a criação do CAEE. Observou-se que apesar de necessitar de um quantitativo maior de profissionais para atuar no AEE do município, os profissionais entrevistados possuem experiência e formação adequada para atuar na educação especial, como também demonstram grande empenho e carinho para com o AEE.

Através da fala de alguns dos profissionais entrevistados é possível identificar que o serviço do AEE no município tem sido extremamente relevante para os alunos público alvo, pois a partir do planejamento, e a adaptação curricular adequada os mesmos têm desenvolvido tanto academicamente quanto socialmente. Além disso, os serviços de Paradesporto e aulas de Libras apresentam-se como um diferencial positivo para o desenvolvimento de alunos com necessidades mais específicas.

A evolução do serviço no município tem sido gradativa, e, portanto, algumas melhorias necessitam ocorrer para o pleno desenvolvimento do AEE, conforme se estabelece legalmente. Dentre elas estão a ampliação do número de professores de AEE, disponibilidade de recursos adequados e suficientes para os atendimentos, melhorias estruturais das salas de AEE e cooperação entre outros setores para intervenção em casos mais específicos.

Por fim, consideramos que a implementação do AEE no município de Areia apresenta-se como um avanço crucial para a promoção da educação inclusiva e promoção da equidade educação aos alunos com NEE. Os resultados observados com o serviço têm sido extremamente relevantes e animadores apesar dos desafios observados. Logo para que esses resultados sejam ampliados e os alunos possam receber cada vez mais um serviço de AEE

apropriado, mais investimentos precisam ser realizados garantindo uma educação que valorize as diferenças e ofereça ferramentas para que todos possam prosperar academicamente e socialmente. Pois como consta na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 1) “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”.

Desse modo, a mera existência das leis não é suficiente para que a inclusão das pessoas público alvo da educação especial seja alcançada. É necessário um compromisso ético dos órgãos educacionais e da sociedade como um todo em busca de um sistema de ensino e uma sociedade justa, equitativa e inclusiva para todos, viabilizando que essa parcela historicamente excluída e marginalizada possa ter a oportunidade de aprender e se desenvolver.

Pesquisas como estas que promovam um olhar para as políticas educacionais de educação especial e inclusiva, são de grande relevância para a melhoria e ampliação do atendimento às pessoas público alvo desse serviço. Além disso, essa pesquisa abre portas para outros estudos que aprofundem o entendimento sobre a política de educação especial e inclusiva no município. Esses estudos podem investigar: os anseios e vivências das professoras de AEE no município; como ocorre o atendimento dos alunos que fazem parte do AEE na escola regular e como os pais observam o atendimento proporcionado a seus filhos no AEE e na sala de aula regular.

REFERÊNCIAS

ANA, Wallace Pereira Sant; LEMOS, Glen César. **Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 4, n. 12, 2018.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: v. 3: a escola**. Coordenação geral SEESP. MEC Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977)

BRASIL. Conselho Nacional De Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 Ago. 2023

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **NOTA TÉCNICA nº 04/2014/SECADI/DPPE**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o Atendimento Educacional Especializado- AEE na educação básica.** Decreto nº6.571, de 18 de setembro de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão.** Brasília: SEESP, MEC. 2006.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** Revista brasileira de educação especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

COSTA, Denise Ferreira da et al. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de Paradigmas.** Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, ano MMXVI, n. 000092, 2016.

DE OLIVEIRA, Eliana et al. **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação.** Revista diálogo educacional, v. 9, pág. 1-17, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel, et al. **Estrutura do projeto de pesquisa.** In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade.** Educação (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Editora Vozes Limitada, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007

POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado.** Editora Oficina Universitária, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA. **Lei nº 1.092, de 2022.** Altera a Lei nº 0760/2009, que versa sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal

de Areia. 2022. Disponível em: <https://areia.pb.gov.br/lei/lei-no-1-092-2022>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA. **Lei nº 88, de 23 de junho de 2015**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Areia- PME e dá outras providências. 2015.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades, 1994

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Os planos de ação para satisfazer as necessidades básicas. Jontiem: UNICEF, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
_____. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA - COORDENADORA GERAL DO AEE

1. Identificação

1.1. Nome:

1.2. cargo:

1.3. Tempo de atuação na educação especial:

1.4. Qual função você desempenha no AEE?

2. Conhecimentos sobre o AEE

2.1. O que é o AEE?

2.3. Na sua opinião qual a importância do AEE?

2.2. Fale um pouco sobre a sua trajetória na educação especial.

3. Implementação

3.1. Quando o AEE começou a ser implantado no município?

3.2. Quais as ações necessárias pelos órgãos responsáveis para que esse serviço fosse implementado no município.

3.3. Quais etapas seguidas para que se efetivasse o serviço de AEE na cidade?

3.4. Quanto tempo demorou desde a solicitação até a implantação das salas de AEE?

3.5. Houve alguma dificuldade no processo de solicitação e implementação do serviço?

3.6. A partir de quais critérios foram selecionadas as escolas a serem contempladas com o serviço de AEE?

3.7. Quais escolas do município de Areia possuem o AEE? Em quais regiões estão alocadas as salas de recursos multifuncionais?

3.8. De que forma encontra-se estruturado o AEE nas escolas?

3.9. No total, quantos alunos estão matriculados no AEE do município?

4. Seleção de professores

4.1. Como é realizado o processo de seleção de professores para atuar no AEE?

4.2 Qual a formação necessária para que o professor (a) possa atuar no AEE do município?

3.4 Como o professor é inserido na escola?

4.4 O aluno/família pode solicitar professor complementar? quais os critérios?

5. Formação

5.1. Houve algum tipo de formação/capacitação inicial para os profissionais selecionados para trabalhar no AEE? 5.2. Os profissionais que trabalham no AEE participam de algum tipo de formação continuada?

6. Seleção dos Estudantes

6.1. Como é feita a seleção dos estudantes que participarão do AEE? Quais Critérios são utilizados?

6.2. Como são definidos os turnos e a quantidade de estudantes para a Sala de Recursos Multifuncionais?

6.3 Quais os diagnósticos dos alunos atendidos pelo AEE?

7. Recursos

7.1 Quais os recursos foram disponibilizados para as salas de AEE do município?

7.2. Como é realizado o repasse desses recursos?

7.8 Os recursos disponibilizados estão sendo suficientes para a realização das atividades?

8. Monitoramento

8.1.É feito algum tipo de visita técnica para avaliar a utilização dos recursos disponibilizados?

8.2.Como são repassadas as informações sobre o funcionamento das salas de recursos multifuncionais aos órgãos responsáveis?

9.Conclusão

9.1.Você considera que o programa precisa de melhorias? Quais?

9.2 Quais resultados você observa para os alunos atendidos e para a escola?

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA - PROFESSOR (A) OU TÉCNICO DO AEE

1. Identificação

1.1. Nome:

1.2. cargo:

1.3. Tempo de atuação na educação especial:

1.4. Qual função você desempenha no AEE?

1.5. Em qual escola você atua? Onde é localizada?

2. Conhecimentos sobre o AEE

2.1. O que é o AEE?

2.3. Na sua opinião qual a importância do AEE?

2.2. Fale um pouco sobre a sua trajetória na educação especial.

3. Formação

3.1 Houve algum tipo de formação/capacitação inicial para que você começasse a atuar no AEE?

3.2 Você participa ou participou de algum tipo de formação continuada?

4. Seleção

4.1 Como você foi selecionada para atuar no AEE?

4.2 Como você foi inserido (a) na escola?

5. Atuação no AEE

5.1. Fale sobre sua rotina de trabalho no AEE.

5.2. Descreva como são realizados os seus atendimentos.

5.3 Quantos alunos você atende no total ?

5.4 Quais as demandas e dificuldades dos alunos que você atende no AEE ?

5.5 Ocorre a interação/articulação entre você e os professores do ensino regular?

5.6 Existem professores complementares atuando junto com você ? Se sim, em qual função.

5.7 Os recursos disponibilizados são suficientes para os atendimentos?

5.8 O espaço em que você trabalha é adequado e suficiente para o atendimento?

5.9 Você interage com os familiares dos seus alunos do AEE? Como isso é feito? De quem parte essa interação?

5.10 Você considera que os familiares dos alunos reconhecem a importância do AEE para a aprendizagem da pessoa com NEE?

6. Conclusão

6.1 Você considera que o programa precisa de melhorias? Quais?

6.2 Quais resultados você observa para os alunos atendidos e para a escola?

ANEXO III

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E
SOCIAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) PARTICIPANTE DE PESQUISA

Os pesquisadores Ana Cristina Silva Daxenberger e Jessiane Bezerra Gomes convidam você a participar da pesquisa intitulada “Implementação das Salas de AEE na Cidade de Areia/Paraíba”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender e mapear como estão sendo implementadas as salas de Atendimento Educacional Especializados – AEE. Para isso, temos como objetivos específicos: identificar e compreender as normativas que implementam a salas de AEE em Areia; mapear onde estão as salas de AEE; identificar o perfil dos profissionais vinculados ao AEE; identificar e mapear o perfil atendimento pelo serviço de AEE; compreender como está sendo feito os AEE.

O desenvolvimento desta pesquisa prevê a realização de entrevistas com roteiro entrevista com roteiro semi-estruturado. As entrevistas podem abordar assuntos referentes às normas e funcionamento do AEE do município, a localização e estrutura do salas de recurso, formação dos professores que atuam nas salas de recursos, perfil e seleção dos estudantes, como é realizado a seleção desses estudantes e por fim tentaremos entender como é realizado os atendimentos nas salas de recursos. O estudo será realizado a partir da aplicação das entrevistas com o Secretário de Educação do Município, com a coordenadora geral do projeto de implantação do AEE no município, bem como com docentes e técnicos que atuam nas salas de AEE do município.

Os Riscos ao(à) Participante da Pesquisa incluem: cansaço durante a entrevista, sendo que o participante ficará a vontade para realizar pausas durante a entrevista, o participante pode se sentir incomodado em responder alguma pergunta, caso isso ocorra o entrevistado poderá ficar a vontade para abster-se da resposta.

Os Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa estão na divulgação e informações sobre como está ocorrendo a implementação das salas de AEE no município ao qual prestam serviço, apresentado à sociedade os benefícios proporcionados pelo AEE, bem como seus desafios e suas

necessidades.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Responsável Principal pela Pesquisa: Ana Cristina Silva Daxenberger

Filiação institucional: Universidade Federal da Paraíba- Centro de Ciências Agrárias(CCA)

E-mail: ana.daxenberger@academico.ufpb.br

Telefone de contato: 839929-5936

Colaborador da Pesquisa: Jessiane Bezerra Gomes

Filiação institucional: Universidade Federal da Paraíba- Centro de Ciências Agrárias(CCA)

E-mail:jessiane.gomes2@academico.ufpb.br

Telefone de contato: 838884-8548

Endereço e Informações de Contato da Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Agrárias (CCA)

Endereço Físico: 12 Rodovia, PB-079, Areia - PB, 58397-000

Endereço virtual: <http://www.cca.ufpb.br/cca>

Telefone: (83) 3362-1700

e-mail: diretoria@cca.ufpb.br

Horário de atendimento: segunda a sexta: 7:00-11:00,13:00-17:00

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba Campus

I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Areia -PB, 10 de dezembro de 2023.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Julia Daxenberger

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

ANEXO IV**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

Gestor(a) Financeiro(a): ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER E JESSIANE BEZERRA GOMES
Todas as despesas decorrentes da viabilização desta pesquisa serão de inteira responsabilidade da pesquisadora responsável e encontram-se descritos juntamente com seus valores, no quadro abaixo:

Título do Projeto: Implementação das Salas de AEE na Cidade de Areia/Paraíba

Fonte dos recursos: Financiamento Próprio

Atividade	Valor em R\$
Locomoção para realização das entrevistas	R\$ 60,00
Impressão do roteiro de entrevista	R\$ 20,00
Impressão do relatório para defesa	R\$ 20,00
Impressão final do relatório e entrega para biblioteca	R\$ 50,00
Total	R\$ 150,00

Elaborado pelos pesquisadores

Os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa, Ana Cristina Silva Daxenberger e Jessiane Bezerra Gomes são os responsáveis pelo financiamento deste estudo, sendo assim, não receberão qualquer quantia, de nenhum órgão de fomento, instituição ou pessoa física.

Areia, Paraíba, 29 de novembro de 2023.

Ana Cristina Silva Daxenberger

CPF: 119.110.248-33

Jessiane bezerra Gomes

CPF: 121.339.934-36

ANEXO V**TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO DO PESQUISADOR**

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Eu, Ana Cristina Silva Daxenberger, CPF: 119.110.248-33, e Jessiane Bezerra Gomes, CPF:121.339.934-36, (pesquisador responsável e pesquisador colaborador) do estudo intitulado “Implementação das salas de AEE na cidade de Areia/Paraíba”, declaramos que temos conhecimento dos termos da (Resolução nº 466/2012 ou da Resolução 510/2016) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e assumo o compromisso financeiro do estudo orçado em R\$ 150, (cento e cinquenta reais).

Areia, de novembro de 2023

Ana Cristina Silva Daxenberger

CPF: 119.110.248-33

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Eu, Ana Cristina Silva Daxenberger, CPF 119.110.248-33 e Jessiane Bezerra Gomes, CPF:121.339.934-36, (pesquisador responsável e pesquisador colaborador) do estudo intitulado “Implementação das Salas de AEE na Cidade de Areia/Paraíba”, declaramos que:

1. Temos conhecimento e assumo o compromisso de cumprir os termos da Resolução (nº 466/2012 ou nº 510/2016) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.
2. Só será dado início ao estudo após emissão do parecer de aprovação do CEP/HULW – UFPB;
3. Assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas durante todo o desenvolvimento desta pesquisa;
4. Todos os dados e materiais obtidos no desenvolvimento do estudo proposto serão utilizados apenas para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa, e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes e apreciação prévia do CEP;
5. Todos os documentos e dados obtidos durante a coleta de dados, serão arquivados ao final da pesquisa, sob minha responsabilidade por cinco anos. Após este período serão destruídos de forma adequada.
6. A publicação dos resultados da pesquisa só será realizada para fins científicos, com apresentação em eventos relacionados à área da saúde de interesse do tema, ou em jornais científicos, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos participantes da pesquisa;
7. Comunicarei ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley da UFPB, resultados do estudo por meio de relatórios parciais e relatório final, como também quaisquer alterações, suspensão ou o encerramento da pesquisa por meio de emendas e notificações apresentado com a devida justificativa.

Areia, 29 de novembro de 2023.

Ana Cristina Silva Daxenberger

ANEXO VII

CARTA DE ANUÊNCIA

Esclarecimentos

Esta é uma solicitação para realização da pesquisa intitulada " Implementação das Salas de AEE na Cidade de Areia/Paraíba" pelas pesquisadoras Ana Cristina Silva Daxenberger e Jessiane Bezerra Gomes, que utilizará a metodologia de entrevistas com roteiro semiestruturado e tem como objetivo principal compreender e mapear como estão sendo implementadas as salas de Atendimento Educacional Especializado- AEE no município de Areia/Paraíba, necessitando portanto da concordância e autorização institucional para a realização da entrevista com o público alvo.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo, de acordo com as Resoluções nº 466/2012 ou 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que tratam da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo.

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável



Ana Cristina Silva Daxenberger
CPF: 119.110.248-33

Consentimento

Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia desta pesquisa, concordo em autorizar a realização da mesma nesta Instituição que represento, a Secretaria de Educação do município de Areia, Paraíba.

Esta Instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para realização das etapas supracitadas.

Esta autorização está condicionada à aprovação prévia da pesquisa acima citada por um Comitê de Ética em Pesquisa e ao cumprimento das determinações éticas das Resoluções nº 466/2012 ou 510/2016 - Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e suas complementares.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa.

Areia, 06/12/2023

Assinatura do responsável pela instituição

Nome completo do responsável pela Instituição
Secretaria de Educação de Areia, Paraíba.
CNPJ: 29.890.529/0001-00

Nelson Sandro V. de Albuquerque
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
CPF 021.439.154-03